

Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos

(1ª Comissão Permanente Municipal)

ACTA n.º 12

Aos **vinte e quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e catorze**, pelas 18H30, reuniu a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, estando presentes os/as Sr.s/as Deputados/as Municipais como indicados/as na Lista de Presenças abaixo transcrita:

- Irene Lopes – Presidente (PS)
- João de Magalhães Pereira – Secretário (PSD)
- Rui Paulo Figueiredo (PS)
- Hugo Xambre (PS)
- Hugo Lobo (PS)
- Patrocínia César (PS)
- Rute Lima (PS)
- Diogo Leão (PS)
- Pedro Cegonho (PS)
- José Roque Alexandre (PS)
- Luís Newton (PSD)
- Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD)
- Sérgio de Azevedo (PSD)
- Maria Luísa Aldim (CDS-PP)
- Floresbela Pinto (Ind.^{te} e. p. l. PS)

Não estiveram presentes os Sr.s Deputados Miguel Tiago (PCP), Carlos da Silva Santos, José Casimiro (BE) e José Moreno (PNPN).

----- A Reunião foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Aprovação da Acta da reunião anterior;

Ponto 2 – Apreciação e votação do **Parecer** sobre a Proposta n.º 48/2014.

A Sr.^a Presidente da Comissão deu início à reunião, procedendo à distribuição do Parecer produzido e exprimindo a opinião que o mesmo extravasa em parte dos seus artigos, as competências desta Comissão. -----

O Sr. Deputado Magalhães Pereira, a quem foi confiada pela Comissão a redacção do mesmo Parecer, declarou que o documento respeita o formato para pareceres, recentemente aprovado pela Assembleia municipal no âmbito da reforma do seu Regimento. Assim, o Parecer começa por definir os exactos termos da Proposta que estão dispersos por vários documentos, a saber, Considerandos, Deliberações, Condições de Acordo, Contrato-Programa e Peças Desenhadas diversas e que, para melhor entendimento dos seus méritos, foi necessário desenvolver segundo uma lógica sequencial, tudo constituindo a Parte I do Parecer. A Parte II contém as Conclusões extraíveis da análise da Proposta n.º 48/2014, assim como da Proposta n.º 892/2013, à qual está estreitamente ligada. Na Parte III alinha-se a Opinião que o Relator formou da Proposta, após a sua análise exaustiva. -----

O Sr. Deputado Hugo Xambre congratulou-se pela qualidade geral dos Pareceres que têm sido produzidos por esta Comissão, à qual entendeu que este não foge. Declarou não se pronunciar sobre a Parte III do Relatório que diz exclusivamente respeito ao Relator, embora não deixe de referir que discorda da existência de relutância camarária em fornecer todos os elementos relativos a esta Proposta, o que solicitou ficasse exarado em Acta. Também considera que no ponto 4. da Parte II, várias circunstâncias referidas estão fora do âmbito desta Comissão de Finanças. -----

Disse então o Sr. Deputado Magalhães Pereira que é seu entendimento que os Pareceres das Comissões devem, tanto quanto possível, ser consensuais e que não pretendendo de forma alguma deixar desconfortável qualquer Agrupamento Municipal, não objecta a que esse ponto 4. passe para a Parte III do Parecer. Ao fazê-lo, retirará também o anterior ponto 6. dessa mesma Parte III. Porém, não deixa de referir que no ponto 4. referido, nada se expressa que não seja a absoluta verdade e que seria importante indicar e clarificar onde é que esse ponto trata de assuntos fora da competência desta Comissão. -----

Exemplificou o Sr. Deputado Hugo Xambre com as alíneas (ii) e (iv) do ponto 4., ao que o Sr. Deputado Magalhães Pereira respondeu ser evidente o relacionamento da al.^a (ii) com assuntos patrimoniais e a al.^a (iv) com assuntos administrativos e suas consequências financeiras. -----

Interveio então a Sr.^a Deputada Rosa Maria, afirmando que por vezes a fronteira entre as competências é ténue, sugerindo-se nesse caso uma reunião conjunta das Comissões a que o assunto respeita, o que deveria ter ocorrido quanto a estas Propostas. Por outro lado considera que a qualidade dos Pareceres produzidos pela 1.^a Comissão tem vindo, para melhor, a passar muito para além do que seria espectacular. -----

Os Sr.s Deputados Hugo Lobo e Hugo Xambre, afirmaram então que, com a passagem do ponto 4. da Parte II para a Parte III, não teriam dúvidas em votar favoravelmente o Parecer apresentado pelo Sr. Secretário da Comissão. -----

A Sr.^a Presidente inquiriu então dos presentes se tinham mais alguma matéria a apresentar e não havendo, colocou o Parecer à votação que foi aprovado por todos os presentes, excepto pela Sr.^a Deputada Maria Luísa Aldim, representante do Agrupamento Municipal do CDS-PP que se absteve, acrescentando que o fazia, por ter estado ausente, por razões pessoais e profissionais, na Reunião em que ocorreu a Audição do Vereador Manuel Salgado. -----

E nada mais havendo a tratar na ocasião, procedeu a Sr.^a Presidente ao encerramento dos trabalhos, pelas 20H00, declarando que não marcaria desde já a qualquer nova Reunião, por não haver por enquanto matéria que tenha descido à 1.^a Comissão Permanente Municipal.

O Secretário da Comissão

A Presidente da Comissão

João de Magalhães Pereira

Irene Lopes